

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.386.032 - SP
(2018/0278123-3)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
EMBARGANTE : TIAGO DANTAS DIAS
EMBARGANTE : JAQUELINE SANTOS
ADVOGADOS : MARCELO DE ANDRADE TAPAI - SP249859
GISELLE DE MELO BRAGA TAPAI E OUTRO(S) - SP135144
EMBARGADO : MELBOURNE INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADOS : DANIELLA COLZI GERAISATE - SP314312
CAROLINE AGUEDA PERES E OUTRO(S) - SP299832

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração, opostos por TIAGO DANTAS DIAS E OUTRA em face de decisão monocrática de fls. 493-495 (e-STJ), da lavra deste signatário, que negou provimento ao agravo em recurso especial manejado pela parte adversa.

Em suas razões (fls. 428-430, e-STJ), sustentam os embargantes haver omissão na decisão embargada, no que tange à condenação da parte recorrente ao pagamento de honorários sucumbenciais recursais.

Impugnação às fls. 505-507, e-STJ.

É o relatório.

A irresignação merece ser acolhida.

1. De fato, verifica-se que a decisão embargada não se manifestou acerca da majoração dos honorários sucumbenciais recursais.

No que se refere ao disposto no artigo 85, § 1º, do NCPC, cumpre destacar que, nos termos da orientação do Plenário do STJ, fixada por meio do Enunciado Administrativo n. 7. (*"somente nos recursos interpostos contra **decisão publicada a partir de 18 de março de 2016**, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC"*).

Dessa forma, considerando o acórdão recorrido, o qual possibilitou a inauguração da instância extraordinária, foi disponibilizado em 24 de janeiro de 2018 e tido como publicado no primeiro dia útil subsequente (certidão de fl. 340, e-STJ), bem ainda o trabalho adicional do advogado da parte ora embargante, realmente, são cabíveis os honorários recursais.

Com efeito, o § 11 do art. 85 do NCPC possui dupla funcionalidade, devendo atender à justa remuneração do patrono pelo trabalho adicional na fase recursal e inibir recursos cuja matéria já tenha sido exaustivamente tratada.

Constata-se que as instâncias ordinárias fixaram a verba honorária em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico (fl. 282, e-STJ).

Com base em tais premissas e no disposto no art. 85, § 11, do CPC/15, majora-se em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada na origem a título de honorários em favor da parte recorrida.

2. Do exposto, acolho os embargos de declaração para, conferindo-lhes efeitos infringentes, suprir a omissão apontada, a fim de majorar em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada na origem a título de honorários sucumbenciais em favor da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do NCPC, observados os limites estabelecidos nos

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

§§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

